



Acórdão 01209/2023-9 - 1ª Câmara

Processo: 03244/2023-1

Classificação: Prestação de Contas Anual de Ordenador

Exercício: 2022

UG: CMM - Câmara Municipal de Mucurici

Relator: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto

Interessado: RONALDO DE SOUZA FAGUNDES

Responsável: ROMARIO ALVES DA SILVA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – FINANÇAS PÚBLICAS — REGULAR — CIÊNCIA — ARQUIVAMENTO.

O RELATOR EXMO. SR. CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO:

1. RELATÓRIO

Versam os presentes autos sobre a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Mucurici**, sob a responsabilidade do Sr. **Romário Alves da Silva**, referente ao **exercício de 2022**.

O **NCONTAS** – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade emite **Relatório Técnico 00344/2023-1** (peça 45), **opinando** pela seguinte proposta de encaminhamento:

9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da **Câmara Municipal de Mucurici**, sob a responsabilidade de ROMÁRIO ALVES DA SILVA, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de **2022**.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, **opina-se** pelo julgamento **regular** da prestação de contas sob a responsabilidade de ROMÁRIO ALVES DA SILVA, no exercício de **2022**, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012, dando-se **quitação** ao responsável.

Ato contínuo, o próprio **NCONTAS** – Núcleo de Controle Externo de Contabilidade elabora a **Instrução Técnica Conclusiva 04123/2023-1** (peça 46), **opinando** pela seguinte proposta de encaminhamento:

9. CONCLUSÃO E PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A prestação de contas anual analisada refletiu a conduta do presidente da **Câmara Municipal de Mucurici**, sob a responsabilidade de ROMÁRIO ALVES DA SILVA, em suas funções como ordenador de despesas, no exercício de **2022**.

Respeitado o escopo delimitado pela Resolução TC 297/2016, a análise consignada neste Relatório Técnico teve por base as informações apresentadas nas peças e demonstrativos contábeis encaminhados pelo responsável, nos termos da Instrução Normativa TC 68/2020.

Sob o aspecto técnico-contábil, **opina-se** pelo julgamento **regular** da prestação de contas sob a responsabilidade de ROMÁRIO ALVES DA SILVA, no exercício de **2022**, na forma do artigo 84 da Lei Complementar Estadual 621/2012, dando-se **quitação** ao responsável.

O Ministério Público de Contas, através do **Parecer 04934/2023-1** da 3ª Procuradoria de Contas, da lavra do Procurador de Contas Dr. **Heron Carlos Gomes de Oliveira**, **anui** aos argumentos fáticos e jurídicos delineados na **46-Instrução Técnica Conclusiva 04123/2023-1**.

Por derradeiro, com fulcro no inciso III do art. 41 da Lei 8.625/93[1], bem como no parágrafo único do art. 53 da Lei Complementar nº 621/12[2], reserva-se o direito de

manifestar-se oralmente por ocasião da sessão de julgamento/apreciação em defesa da ordem jurídica.

2. FUNDAMENTAÇÃO

Examinando os autos, verifico que o mesmo se encontra **devidamente instruído**, portanto, **apto à apreciação de mérito**, eis que observados todos os trâmites legais e regimentais.

Passo a tecer **breves registros** acerca do Relatório Técnico 00344/2023-1, cujo teor embasou o opiniamento pela regularidade.

Registros do Relatório Técnico.

Cumpriu o prazo definido (02/05/2023) para **envio** da prestação de contas; entregue em 29/04/2023, via sistema CidadES.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) do município, Lei 782/2021, estimou a **receita** e fixou a **despesa** para o exercício em análise, sendo a despesa total da Câmara Municipal fixada em **R\$ 1.250.000,00**.

A execução orçamentária (**R\$ 1.200.434,04**) da Câmara Municipal representou **96,03%** da dotação atualizada (R\$ 1.250.000,00).

Alcançou um **resultado patrimonial superavitário** da ordem de **R\$ 90.950,91**, e um **resultado financeiro** de **R\$ 0,00**.

Iniciou o exercício com um saldo em espécie **R\$ 27.403,81** e terminou com um saldo em espécie de **R\$ 32.455,36**.

A partir da despesa empenhada na rubrica de despesas de exercícios anteriores, no exercício de 2023, **não se verificou evidências** de execução de **despesa sem prévio empenho** (APÊNDICE D).

Da análise do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, **não há evidências de desequilíbrio financeiro** por fontes de recursos ou na totalidade.

Da análise do resultado financeiro evidenciado no Anexo ao Balanço Patrimonial, do exercício em análise, verifica-se que **não há recursos a serem devolvidos** ao caixa do tesouro do município.

Tabela 15 - Síntese do Balanço Patrimonial

Especificação	Valores em reais	
	2022	2021
Ativo Circulante	34.952,88	34.005,31
Ativo Não Circulante	155.295,39	63.940,15
Passivo Circulante	8.217,77	6.865,87
Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	182.030,50	91.079,59

Fonte: Processo TC 03244/2023-1 - PCA-PCM/2022 – BALPAT

RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Com base nas peças que integram a Prestação de Contas Anual, demonstram-se os valores empenhados, liquidados e pagos, a título de obrigações previdenciárias (contribuição patronal) devidas pela unidade gestora, bem como os valores retidos dos servidores e recolhidos para os fundos de previdência:

Tabela 1 - Contribuições Previdenciárias – Patronal

Valores em reais

Regime de Previdência	BALEXOD (PCM)			FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (B/D*100)	% Pago (C/D*100)
	Empenhado (A)	Liquidado (B)	Pago (C)	Devido (D)		
Regime Próprio de Previdência Social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	146.144,64	140.919,92	140.919,92	144.900,45	97,25	97,25

Fonte: Processo TC 03244/2023-1. PCA-PCM/2022 – BALEXOD. Módulo de Folha de Pagamento/2022

Tabela 2 - Contribuições Previdenciárias – Servidor

Valores em reais

Regime de Previdência	DEMCSE		FOLHA DE PAGAMENTO (PCF)	% Registrado (A/CX100)	% Recolhido (B/Cx100)
	Valores Retidos (A)	Valores Recolhidos (B)	Devido (C)		
Regime Próprio de Previdência Social	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	76.187,27	76.187,27	61.486,35	123,91	123,91

Fonte: Processo TC 03244/2023-1. PCA-PCM/2022 – DEMCSE. Módulo de Folha de Pagamento/2022

Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)

No que tange às contribuições previdenciárias do RPPS (**parte patronal**), verifica-se, das tabelas acima, que os **valores registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **0,00%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **Não aplicável**, para fins de análise das contas.

Os **valores pagos** pela unidade gestora, em relação às contribuições previdenciárias do RPPS (**parte patronal**), no decorrer do exercício em análise, representaram **0,00%** dos **valores devidos** (informados no resumo anual da folha de pagamentos), sendo considerados como **Não aplicável**, para fins de análise das contas.

Em relação às contribuições previdenciárias do RPPS (**parte do servidor**), observa-se, das tabelas acima, que os **valores registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **0,00%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **Não aplicável**, para fins de análise das contas.

Os **valores recolhidos** pela unidade gestora, referentes as contribuições previdenciárias do RPPS (**parte do servidor**), no decorrer do exercício em análise, representaram **0,00%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **Não aplicável**, para fins de análise das contas.

Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

No que tange às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte patronal**), verifica-se, das tabelas acima, que os **valores registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **97,25%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Os **valores pagos** pela unidade gestora, em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte patronal**), no decorrer do exercício em análise, representaram **97,25%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Em relação às contribuições previdenciárias do RGPS (**parte do servidor**), observa-se, das tabelas acima, que os **valores registrados** pela unidade gestora, no decorrer do exercício em análise, representaram **123,91%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **passíveis de justificativas**, para fins de análise das contas.

Entretanto, considerando que **não há evidências de falta de retenção**, opina a Área técnica pela **não citação do gestor**.

Os **valores recolhidos** pela unidade gestora, referentes as contribuições previdenciárias do RGPS (**parte do servidor**), no decorrer do exercício em análise, representaram **123,91%** dos **valores devidos**, sendo considerados como **aceitáveis**, para fins de análise das contas.

Entretanto, considerando que **não há evidências de falta de retenção**, opina a Área técnica pela **não citação do gestor**.

PARCELAMENTOS DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS

Da avaliação do comportamento da dívida decorrente de parcelamentos previdenciários, restou constatado que **inexiste**.

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - IN TC 36/2016

Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens do ativo imobilizado, do intangível e as respectivas depreciação, amortização ou exaustão.

Da movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, restou **constatado** o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação dos bens do ativo imobilizado e intangível, da depreciação, da exaustão ou da amortização acumuladas, bem como das respectivas despesas.

Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados.

Da movimentação das contas nos demonstrativos contábeis, restou **constatado** o reconhecimento, a mensuração e a evidenciação das despesas com benefícios a empregados selecionados por competência.

LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

LIMITES IMPOSTOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESPESA COM PESSOAL

Restou constatado que as **despesas com pessoal** (R\$ 875.016,88) executadas pelo Poder Legislativo **atingiram 2,27% da receita corrente líquida ajustada** (R\$ 38.574.593,00), **cumprindo** assim o limite máximo de despesa com pessoal do Poder Legislativo em análise.

CONTROLE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Desta forma, com base na declaração emitida, considerou-se que o Chefe do Poder Legislativo no exercício analisado **não expediu ato** que resultasse em **aumento da despesa com pessoal**, cumprindo o art. 21, I, da LRF e o art. 8º da LC 173/2020.

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR (ANEXO V DO RGF)

Assim, do ponto de vista estritamente fiscal, restou **constatado** que em **31/12/2022** o Poder Legislativo analisado **possuía liquidez** para arcar com seus compromissos financeiros, **cumprindo** o dispositivo legal previsto no art. 1º, § 1º, da LRF.

LIMITES IMPOSTOS PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA

Gasto Individual com subsídio dos vereadores

O **Gasto individual** com subsídio dos vereadores (**R\$ 3.650,00**) **não ultrapassou o limite** estabelecido pela Constituição Federal e pela Lei Municipal (**R\$ 3.650,00**).

Gastos totais com a remuneração dos vereadores

Restou constatado que as despesas totais com pagamento dos subsídios dos vereadores alcançaram **R\$ 394.200,00**, correspondendo a **0,81%** da receita total do município, **de acordo** com o mandamento constitucional.

Gastos com a Folha de Pagamento do Poder Legislativo

Restou constatado que as despesas com folha de pagamento (**R\$ 730.524,69**) estão **abaixo do limite** máximo permitido (R\$ 875.000,00), **em acordo** com o mandamento constitucional.

Gastos Totais do Poder Legislativo

Restou constatado que o valor total das despesas do Poder Legislativo Municipal (**R\$ 1.200.434,04**) está **abaixo do limite** máximo permitido (R\$ 1.727.151,36), **em acordo** com o mandamento constitucional.

ENCERRAMENTO DE MANDATO

DESPESA COM PESSOAL – ÚLTIMOS 180 DIAS DE MANDATO

Desta forma, também com base na declaração emitida, restou considerado que o Chefe do Poder Legislativo, no exercício analisado, **não expediu ato nos últimos 180 dias de mandato que resultasse em aumento da despesa com pessoal**, cumprindo o art. 21, II a IV, da LRF.

OBRIGAÇÕES CONTRAÍDAS PELO TITULAR DO PODER NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DE SEU MANDATO (ART. 42)

Com base nos dados apurados pelo Sistema CidadES, o Chefe do Poder Legislativo em análise **não contraiu obrigações** de despesas **nos dois últimos quadrimestres** do último ano de mandato e inscritas em restos a pagar processados e não

processados, **com insuficiência de disponibilidade de caixa**, observados a Decisão Normativa TC-001/2018, conforme APÊNDICE F.

CONTROLE INTERNO

Ao analisar o Relatório e o Parecer Conclusivo do Controle Interno, exigidos no §2º do art. 82 da Lei Complementar Estadual 621/2012, no §4º do art. 135 do Regimento Interno do TCEES e na IN 68/2020, conclui-se que a opinião foi pela **regularidade** com ressalvas das contas.

MONITORAMENTO

Em consulta ao sistema de monitoramento deste TCEES **não** foram constatadas ações pertinentes ao exercício em análise.

3. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO

Ante o exposto, **concordando integralmente** com o entendimento exarado pela Área Técnica e pelo Ministério Público de Contas, **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de Acórdão que submeto à sua consideração.

Sergio Aboudib Ferreira Pinto

Conselheiro relator

1. ACÓRDÃO TC-1209/2023:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas, em:

1.1. Julgar REGULAR a Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mucurici, sob a responsabilidade do Sr. Romário Alves da Silva, Ordenador de Despesas no

exercício de **2022**, na forma do art. 84, inciso I, da Lei Complementar 621/2012 dando-lhe a devida **quitação**, nos termos do art. 85 do mesmo diploma legal;

1.2. Dar **ciência** aos interessados;

1.3. REMETER os autos deste julgamento ao ilustre representante do Ministério Público de Contas, posteriormente à confecção do acórdão, nos termos do art. 62, parágrafo único da LC 621/2012.

1.4. ARQUIVAR os presentes autos, após o respectivo **trânsito em julgado**.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 08/12/2023 – 48^a Sessão Ordinária da 1^a Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sebastião Carlos Ranna de Macedo (presidente), Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (relator) e Rodrigo Coelho do Carmo.

CONSELHEIRO SEBASTIÃO CARLOS RANNA DE MACEDO

Presidente

CONSELHEIRO SÉRGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO

Relator

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

Fui presente:

PROCURADOR DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANÁSTACIO DA SILVA

Procurador-geral

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

Subsecretaria das Sessões